ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2019.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 80.881.931/0001-85, com sede a Avenida Ney Euirson Napoli, nº 1426, Centro, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO E MAMADEIRAS E CHUPETAS PARA OS CMEIS,** conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **17/2019.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência anexo ao Edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;
PARAGRAFO QUINTO - É de responsabilidade de a empresa manter em dia suas obrigações quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto às obrigações de responsabilidade da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:
EMPRESA: LOJÃO TOTAL UTILIDADES LTDA.
ENDEREÇO: RUA CASTRO ALVES, 1941, CENTRO, CASCAVEL – PARANÁ.
CNPJ: 04.357.481/0001-48.

ITEM	PRODUTO	TIPO	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Assadeira alumínio retangular jogo c/ 4 formas nº 01, 02,03 e 04	unid	4	VISSSOTEX	64,50	258,00

4	Bandeja 8 litros plástica reforçada	unid	10	PLEION	17,00	170,00
7	Bule industrial nº 18	unid	5	PATO BRANCO	67,80	339,00
9	Caçarola p/ risoto nº 30 - 20 cm de altura alumínio grosso	unid	5	SÃO JORGE	119,00	595,00
10	Caçarola nº 36 - 17 litros em alumínio	unid	5	SÃO JORGE	185,00	925,00
11	Caçarola nº 50 - 41 litros em alumínio, comprimento 65,5 cm, largura 54,4 cm, altura 24 cm	unid	5	SÃO JORGE	335,00	1675,00
13	Caixa organizadora alta 35 litros, transparente, com tampa	unid	5	PLEION	63,00	315,00
14	Caixa organizadora nº 03 - 26 litros, com tampa	unid	5	SANREMO	58,00	290,00
16	Caneca plástica 240 ml	unid	30	PLASTIBRASIL	5,75	172,50
17	Caneca cumbuca para sopa, em porcelana branca, com no mínimo 700 ml, no mínimo 13 cm de diâmetro e mínimo de 9 cm de altura.	unid	30	HR	34,50	1035,00
20	Chaleira industrial nº 24	unid	3	PATO BRANCO	69,90	209,70
26	Coador de café industrial extra grande em flanela, com cabo isolado, com 15 cm de diâmetro e 22 cm de profundidade	unid	15	PANEK	5,00	75,00
31	Colher de arroz grande em inox interiça ou s/ emenda 35 cm	unid	10	GP INOX	15,00	150,00
32	Colher escumadeira grande - cabo inteiro industrial	unid	10	SÃO JORGE	18,00	180,00
33	Colher oval de madeira grande	unid	10	MACUCO	7,00	70,00
34	Concha industrial nº 13, cabo de metal	unid	10	SÃO JORGE	26,50	265,00
35	Conjunto mantimento de 1 litro a 7 litros	jg	5	JAGUAR	32,00	160,00
38	Copo de vidro 300 ml	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	4,60	230,00
39	Copo c/ tampa p/ bebê de plástico 200 ml, com bico atóxico	unid	150	ERCA	6,50	975,00
40	Escorredor de louça plástico	unid	5	ARQPLAST	5,80	29,00
43	Escova para mamadeira	unid	20	IMP. CASCAVEL	6,50	130,00
45	Faca metal de fio lâmina em aço inox grande	unid	10	SQ	18,00	180,00
46	Faca metal de serra - lâmina em aço inox p/ pão cabo plástico	unid	10	SIMONAGGIO	17,00	170,00
50	Forma de alumínio 40x30x6 alta	unid	10	VISSSOTEX	23,50	235,00
54	Funil de plástico nº 04	unid	10	ALVES	4,45	44,50
56	Garfo em inox cabo plástico 18 cm	dz	30	TRAMONTINA	29,90	897,00
57	Garrafa térmica sistema de pressão, ampola de vidro, jato direcionável, bico corta pingo, 1,8 litros	unid	20	UNITERM	90,00	1800,00
60	Garrafa térmica 12 litros com torneira	unid	10	INVICTA	185,00	1850,00
63	Jarra de plástico c/ tampa 1,8 litros	unid	20	ERCA	8,50	170,00
65	Jogo de copos tipo americanos, com 6 unidades, vidro, 190 ml	unid	20	NADIR FIGUEIREDO	13,00	260,00
67	Lava tudo (arroz, macarrão) 25X8,50 - 3 litros	unid	10	ERCA	21,00	210,00

68	Leiteira 2 litros em alumínio	unid	10	PATO BRANCO	30,00	300,00
72	Panela de alumínio c/ 24 cm de diâmetro	unid	10	PATO BRANCO	80,00	800,00
74	Panela de pressão em alumínio polido, 7 litros	unid	10	ALUBRAN	72,00	720,00
75	Panelão industrial nº 40 - 45 litros em alumínio	unid	10	SÃO JORGE	285,00	2850,00
78	Pote de plástico jogo c/ 5 unidades redondo	jg	20	JAGUAR	28,00	560,00
81	Pote de plástico c/ tampa, 3,2 litros, retangular, com 27,6 cm de largura, 17,8 cm de profundidade, 11 cm de altura.	unid	20	JAGUAR	9,00	180,00
83	Pote de plástico c/ tampa p/ armazenar alimentos 6 litros retangular	unid	20	JAGUAR	11,60	232,00
84	Pote mantimento 3,0 litros	unid	20	JAGUAR	10,00	200,00
85	Pote mantimento 5,5 litros	unid	20	JAGUAR	10,00	200,00
87	Prato fundo de vidro 22,0X3,2cm	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	6,80	340,00
88	Prato raso de vidro 22,0X3,2cm	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	6,80	340,00
89	Prato de melanina 22 cm, fundo	unid	500	BESTFER	7,90	3950,00
90	Ralador de alumínio / inox 4 faces c/ base plástica reforçada	unid	10	KEHOME	19,00	190,00
95	Tábua p/ cortar carne vidro 25x35	unid	10	CLINK	34,50	345,00
98	Travessa 2,7 lts de vidro (vai ao forno)	unid	10	NADIR FIGUEIREDO	29,00	290,00
99	Travessa 5,5 litros de vidro (vai ao forno)	unid	10	NADIR FIGUEIREDO	48,40	484,00
102	Xícaras em porcelana branca sem resina, 200 ml	unid	80	BOT ART	9,90	792,00
103	Xícaras c/ pires em porcelana p/ chá 200 ml	unid	30	PORCELANAS	9,60	288,00

TOTAL R$ 27.125,70 (Vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais e setenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

2 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

3 - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

PARAGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução do contrato;
f) falha na execução do contrato.

1 - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

2 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Secretaria solicitante.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
02.01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito
3.3.90.30.00 (004) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.01 – Divisão de Administração e Finanças
04.122.0002.2.006 – Gestão Administrativa e Financeira
3.3.90.30.00 (025) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (026) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 504
3.3.90.30.00 (027) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 510
3.3.90.30.00 (028) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 511

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
05.01 – Divisão de Agricultura
20.606.0003.2.008 – Gestão da Agricultura
3.3.90.30.00 (060) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

06 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
06.01 – Divisão de Serviços Rodoviários
26.782.0004.2.009 – Gestão dos Serviços Rodoviários
3.3.90.30.00 (073) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (074) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 504
3.3.90.30.00 (075) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 510
3.3.90.30.00 (076) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 511
3.3.90.30.00 (077) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 512
3.3.90.30.00 (455) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3504
3.3.90.30.00 (456) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3512
06.02 – Divisão de Serviços Urbanos

15.452.0005.2.010 – Gestão de Serviços Urbanos
3.3.90.30.00 (092) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

09 – SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
09.01 – Divisão de Assistência Social
08.244.0008.2.018 – Gestão da Assistência Social
3.3.90.30.00 (109) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
09.02 – Conselho Tutelar e Instâncias de Controle Social
08.243.0008.2.020 – Gestão do Conselho Tutelar e Instâncias do Controle Social
3.3.90.30.00 (118) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

10 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
10.01 – Divisão de Ensino Fundamental
12.361.0009.2.022 – Gestão do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 (150) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (151) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (152) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (153) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107

10.02 – Divisão de Educação Infantil
12.365.0009.2.027 – Gestão da Educação Infantil - Creche
3.3.90.30.00 (211) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (212) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (213) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (214) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107
12.365.0009.2.028 – Gestão da Educação Infantil – Pré-Escola
3.3.90.30.00 (232) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (233) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (234) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (235) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107

10.06 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2.036 – Gestão da Biblioteca Pública
3.3.90.30.00 (275 – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
13.392.0011.2.052 – Gestão da Cultura
3.3.90.30.00 (278) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
10.07 – Divisão de Esporte e Lazer
27.812.0012.2.037 – Gestão do Esporte
3.3.90.30.00 (289) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – Divisão de Atenção Básica
10.301.0007.2.039 – Gestão da Atenção Básica
3.3.90.30.00 (310) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (311) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 303
3.3.90.30.00 (312) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 371

3.3.90.30.00 (313) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (469) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (470) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3495
10.301.0007.2.040 – Gestão do PAB Fixo
3.3.90.30.00 (325) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
10.301.0007.2.054 – Gestão do Incremento Temporário do PAB
3.3.90.30.00 (479) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (480) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 495
3.3.90.30.00 (481) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3495
11.02 – Divisão de Vigilância em Saúde
10.304.0007.2.047 – Gestão da Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 (349) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (509) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 497
3.3.90.30.00 (510) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3497
3.3.90.30.00 (511) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 49702
3.3.90.30.00 (512) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 349702
10.305.0007.2.048 – Gestão da Vigilância Epidemiológica
3.3.90.30.00 (358) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (516) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (517) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3497
11.03 – Divisão de Atenção de M.A.C. Hospitalar e Amb.
10.302.0007.2.044 – Gestão do Hospital Municipal
3.3.90.30.00 (367) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (368) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 303
3.3.90.30.00 (369) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 369

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.01 – Divisão de Proteção Social Básica
08.244.0008.2.049 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.30.00 (388) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (389) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 770
3.3.90.30.00 (390) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 934
3.3.90.30.00 (391) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 936
3.3.90.30.00 (392) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 940
3.3.90.30.00 (525) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 771
3.3.90.30.00 (526) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3771
3.3.90.30.00 (527) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3934
12.01 – Divisão de Proteção Social Especial
08.244.0008.2.050 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial
3.3.90.30.00 (413) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (414) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 766
3.3.90.30.00 (415) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 767
3.3.90.30.00 (416) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 938
3.3.90.30.00 (534) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3766
3.3.90.30.00 (535) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3767
3.3.90.30.00 (536) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3770

3.3.90.30.00 (537) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3938
3.3.90.30.00 (538) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 941
3.3.90.30.00 (539) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3941

13 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
13.01 – Divisão de Proteção Social Básica à Criança e Adolescente
08.243.0013.6.001 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica à Criança e ao Adolescente
3.3.90.30.00 (432) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (548) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3776
13.02 – Divisão de Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
08.243.0013.6.002 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial à Criança e ao Adolescente
3.3.90.30.00 (439) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000.

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.
PARAGRAFO SEGUNDO - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.
PARAGRAFO TERCEIRO – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:
1 - descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
2 - recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
3 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
4 - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
PARAGRAFO QUARTO - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
PARAGRAFO QUINTO - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.
PARAGRAFO SEXTO - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da

anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

PARAGRAFO SÉTIMO - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

PARAGRAFO OITAVO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

PARAGRAFO NONO - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

PARAGRAFO DÉCIMO - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

1 - São obrigações do Município:

1.1 - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

1.3 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

1.4 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;

1.5 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.

2.1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

2.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.3 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;

2.4 - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

2.5 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

2.6 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo;

2.7 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.

2.8 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;

2.9 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

2.10 - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.

2.11 - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:

3.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

3.2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;

3.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

3.4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

3.5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

3.6 - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

3.6.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;

3.6.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

3.6.3 - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia

após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão do presente contrato será de responsabilidade da Sra. Adriana Santos de Souza.

PARÁGRAFO QUARTO – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes do presente contrato será de responsabilidade do Sr. Osmar Daga.

PARÁGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Antonio Arrosi
CPF: 313.957.679-04

LOJÃO TOTAL UTILIDADES LTDA
Rosemari Oldoni Andreani
CPF: 941.306.209-91

Osmar Daga
Fiscal da Ata

Adriana Santos de Souza
Gestora da Ata

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2019.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 80.881.931/0001-85, com sede a Avenida Ney Euirson Napoli, nº 1426, Centro, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO E MAMADEIRAS E CHUPETAS PARA OS CMEIS,** conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **17/2019.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência anexo ao Edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;
PARAGRAFO QUINTO - É de responsabilidade de a empresa manter em dia suas obrigações quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto às obrigações de responsabilidade da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:
EMPRESA: LOJÃO TOTAL UTILIDADES LTDA.
ENDEREÇO: RUA CASTRO ALVES, 1941, CENTRO, CASCAVEL – PARANÁ.
CNPJ: 04.357.481/0001-48.

ITEM	PRODUTO	TIPO	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Assadeira alumínio retangular jogo c/ 4 formas nº 01, 02,03 e 04	unid	4	VISSSOTEX	64,50	258,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

4	Bandeja 8 litros plástica reforçada	unid	10	PLEION	17,00	170,00
7	Bule industrial nº 18	unid	5	PATO BRANCO	67,80	339,00
9	Caçarola p/ risoto nº 30 - 20 cm de altura alumínio grosso	unid	5	SÃO JORGE	119,00	595,00
10	Caçarola nº 36 - 17 litros em alumínio	unid	5	SÃO JORGE	185,00	925,00
11	Caçarola nº 50 - 41 litros em alumínio, comprimento 65,5 cm, largura 54,4 cm, altura 24 cm	unid	5	SÃO JORGE	335,00	1675,00
13	Caixa organizadora alta 35 litros, transparente, com tampa	unid	5	PLEION	63,00	315,00
14	Caixa organizadora nº 03 - 26 litros, com tampa	unid	5	SANREMO	58,00	290,00
16	Caneca plástica 240 ml	unid	30	PLASTIBRASIL	5,75	172,50
17	Caneca cumbuca para sopa, em porcelana branca, com no mínimo 700 ml, no mínimo 13 cm de diâmetro e mínimo de 9 cm de altura.	unid	30	HR	34,50	1035,00
20	Chaleira industrial nº 24	unid	3	PATO BRANCO	69,90	209,70
26	Coador de café industrial extra grande em flanela, com cabo isolado, com 15 cm de diâmetro e 22 cm de profundidade	unid	15	PANEK	5,00	75,00
31	Colher de arroz grande em inox interiça ou s/ emenda 35 cm	unid	10	GP INOX	15,00	150,00
32	Colher escumadeira grande - cabo inteiro industrial	unid	10	SÃO JORGE	18,00	180,00
33	Colher oval de madeira grande	unid	10	MACUCO	7,00	70,00
34	Concha industrial nº 13, cabo de metal	unid	10	SÃO JORGE	26,50	265,00
35	Conjunto mantimento de 1 litro a 7 litros	jg	5	JAGUAR	32,00	160,00
38	Copo de vidro 300 ml	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	4,60	230,00
39	Copo c/ tampa p/ bebê de plástico 200 ml, com bico atóxico	unid	150	ERCA	6,50	975,00
40	Escorredor de louça plástico	unid	5	ARQPLAST	5,80	29,00
43	Escova para mamadeira	unid	20	IMP. CASCAVEL	6,50	130,00
45	Faca metal de fio lâmina em aço inox grande	unid	10	SQ	18,00	180,00
46	Faca metal de serra - lâmina em aço inox p/ pão cabo plástico	unid	10	SIMONAGGIO	17,00	170,00
50	Forma de alumínio 40x30x6 alta	unid	10	VISSSOTEX	23,50	235,00
54	Funil de plástico nº 04	unid	10	ALVES	4,45	44,50
56	Garfo em inox cabo plástico 18 cm	dz	30	TRAMONTINA	29,90	897,00
57	Garrafa térmica sistema de pressão, ampola de vidro, jato direcionável, bico corta pingo, 1,8 litros	unid	20	UNITERM	90,00	1800,00
60	Garrafa térmica 12 litros com torneira	unid	10	INVICTA	185,00	1850,00
63	Jarra de plástico c/ tampa 1,8 litros	unid	20	ERCA	8,50	170,00
65	Jogo de copos tipo americanos, com 6 unidades, vidro, 190 ml	unid	20	NADIR FIGUEIREDO	13,00	260,00
67	Lava tudo (arroz, macarrão) 25X8,50 - 3 litros	unid	10	ERCA	21,00	210,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

68	Leiteira 2 litros em alumínio	unid	10	PATO BRANCO	30,00	300,00
72	Panela de alumínio c/ 24 cm de diâmetro	unid	10	PATO BRANCO	80,00	800,00
74	Panela de pressão em alumínio polido, 7 litros	unid	10	ALUBRAN	72,00	720,00
75	Panelão industrial nº 40 - 45 litros em alumínio	unid	10	SÃO JORGE	285,00	2850,00
78	Pote de plástico jogo c/ 5 unidades redondo	jg	20	JAGUAR	28,00	560,00
81	Pote de plástico c/ tampa, 3,2 litros, retangular, com 27,6 cm de largura, 17,8 cm de profundidade, 11 cm de altura.	unid	20	JAGUAR	9,00	180,00
83	Pote de plástico c/ tampa p/ armazenar alimentos 6 litros retangular	unid	20	JAGUAR	11,60	232,00
84	Pote mantimento 3,0 litros	unid	20	JAGUAR	10,00	200,00
85	Pote mantimento 5,5 litros	unid	20	JAGUAR	10,00	200,00
87	Prato fundo de vidro 22,0X3,2cm	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	6,80	340,00
88	Prato raso de vidro 22,0X3,2cm	unid	50	NADIR FIGUEIREDO	6,80	340,00
89	Prato de melanina 22 cm, fundo	unid	500	BESTFER	7,90	3950,00
90	Ralador de alumínio / inox 4 faces c/ base plástica reforçada	unid	10	KEHOME	19,00	190,00
95	Tábua p/ cortar carne vidro 25x35	unid	10	CLINK	34,50	345,00
98	Travessa 2,7 lts de vidro (vai ao forno)	unid	10	NADIR FIGUEIREDO	29,00	290,00
99	Travessa 5,5 litros de vidro (vai ao forno)	unid	10	NADIR FIGUEIREDO	48,40	484,00
102	Xícaras em porcelana branca sem resina, 200 ml	unid	80	BOT ART	9,90	792,00
103	Xícaras c/ pires em porcelana p/ chá 200 ml	unid	30	PORCELANAS	9,60	288,00

TOTAL R$ 27.125,70 (Vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais e setenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
1 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.
2 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.
3 - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
PARAGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução do contrato;
f) falha na execução do contrato.
1 - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
2 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.
PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Secretaria solicitante.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
02.01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito
3.3.90.30.00 (004) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.01 – Divisão de Administração e Finanças
04.122.0002.2.006 – Gestão Administrativa e Financeira
3.3.90.30.00 (025) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (026) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 504
3.3.90.30.00 (027) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 510
3.3.90.30.00 (028) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 511

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
05.01 – Divisão de Agricultura
20.606.0003.2.008 – Gestão da Agricultura
3.3.90.30.00 (060) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

06 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
06.01 – Divisão de Serviços Rodoviários
26.782.0004.2.009 – Gestão dos Serviços Rodoviários
3.3.90.30.00 (073) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (074) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 504
3.3.90.30.00 (075) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 510
3.3.90.30.00 (076) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 511
3.3.90.30.00 (077) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 512
3.3.90.30.00 (455) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3504
3.3.90.30.00 (456) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3512
06.02 – Divisão de Serviços Urbanos

15.452.0005.2.010 – Gestão de Serviços Urbanos
3.3.90.30.00 (092) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

09 – SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
09.01 – Divisão de Assistência Social
08.244.0008.2.018 – Gestão da Assistência Social
3.3.90.30.00 (109) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
09.02 – Conselho Tutelar e Instâncias de Controle Social
08.243.0008.2.020 – Gestão do Conselho Tutelar e Instâncias do Controle Social
3.3.90.30.00 (118) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

10 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
10.01 – Divisão de Ensino Fundamental
12.361.0009.2.022 – Gestão do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 (150) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (151) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (152) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (153) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107

10.02 – Divisão de Educação Infantil
12.365.0009.2.027 – Gestão da Educação Infantil - Creche
3.3.90.30.00 (211) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (212) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (213) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (214) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107
12.365.0009.2.028 – Gestão da Educação Infantil – Pré-Escola
3.3.90.30.00 (232) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (233) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 103
3.3.90.30.00 (234) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 104
3.3.90.30.00 (235) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 107

10.06 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2.036 – Gestão da Biblioteca Pública
3.3.90.30.00 (275 – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
13.392.0011.2.052 – Gestão da Cultura
3.3.90.30.00 (278) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
10.07 – Divisão de Esporte e Lazer
27.812.0012.2.037 – Gestão do Esporte
3.3.90.30.00 (289) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – Divisão de Atenção Básica
10.301.0007.2.039 – Gestão da Atenção Básica
3.3.90.30.00 (310) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (311) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 303
3.3.90.30.00 (312) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 371

3.3.90.30.00 (313) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (469) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (470) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3495

10.301.0007.2.040 – Gestão do PAB Fixo

3.3.90.30.00 (325) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494

10.301.0007.2.054 – Gestão do Incremento Temporário do PAB

3.3.90.30.00 (479) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (480) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 495
3.3.90.30.00 (481) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3495

11.02 – Divisão de Vigilância em Saúde

10.304.0007.2.047 – Gestão da Vigilância Sanitária

3.3.90.30.00 (349) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (509) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 497
3.3.90.30.00 (510) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3497
3.3.90.30.00 (511) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 49702
3.3.90.30.00 (512) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 349702

10.305.0007.2.048 – Gestão da Vigilância Epidemiológica

3.3.90.30.00 (358) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 494
3.3.90.30.00 (516) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3494
3.3.90.30.00 (517) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3497

11.03 – Divisão de Atenção de M.A.C. Hospitalar e Amb.

10.302.0007.2.044 – Gestão do Hospital Municipal

3.3.90.30.00 (367) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (368) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 303
3.3.90.30.00 (369) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 369

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – Divisão de Proteção Social Básica

08.244.0008.2.049 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00 (388) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (389) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 770
3.3.90.30.00 (390) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 934
3.3.90.30.00 (391) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 936
3.3.90.30.00 (392) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 940
3.3.90.30.00 (525) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 771
3.3.90.30.00 (526) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3771
3.3.90.30.00 (527) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3934

12.01 – Divisão de Proteção Social Especial

08.244.0008.2.050 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial

3.3.90.30.00 (413) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (414) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 766
3.3.90.30.00 (415) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 767
3.3.90.30.00 (416) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 938
3.3.90.30.00 (534) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3766
3.3.90.30.00 (535) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3767
3.3.90.30.00 (536) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3770

3.3.90.30.00 (537) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3938
3.3.90.30.00 (538) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 941
3.3.90.30.00 (539) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3941

13 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
13.01 – Divisão de Proteção Social Básica à Criança e Adolescente
08.243.0013.6.001 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica à Criança e ao Adolescente
3.3.90.30.00 (432) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000
3.3.90.30.00 (548) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 3776
13.02 – Divisão de Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
08.243.0013.6.002 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial à Criança e ao Adolescente
3.3.90.30.00 (439) – Material de Consumo – Fonte de Recursos – 000.

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.
PARAGRAFO SEGUNDO - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.
PARAGRAFO TERCEIRO – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:
1 - descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
2 - recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
3 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
4 - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
PARAGRAFO QUARTO - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
PARAGRAFO QUINTO - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.
PARAGRAFO SEXTO - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da

anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

PARAGRAFO SÉTIMO - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

PARAGRAFO OITAVO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

PARAGRAFO NONO - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

PARAGRAFO DÉCIMO - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

1 - São obrigações do Município:

1.1 - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

1.3 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

1.4 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;

1.5 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.

2.1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

2.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.3 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;

2.4 - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

2.5 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

2.6 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo;
2.7 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
2.8 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
2.9 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
2.10 - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
2.11 - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:
3.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
3.2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
3.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
3.4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.
3.5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
3.6 - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:
3.6.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
3.6.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
3.6.3 - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia

após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão do presente contrato será de responsabilidade da Sra. Adriana Santos de Souza.

PARÁGRAFO QUARTO – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes do presente contrato será de responsabilidade do Sr. Osmar Daga.

PARÁGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
IBEMA
RESILIENTE

CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Antonio Arrosi
CPF: 313.957.679-04

LOJÃO TOTAL UTILIDADES LTDA
Rosemari Oldoni Andreani
CPF: 941.306.209-91

Osmar Daga
Fiscal da Ata

Adriana Santos de Souza
Gestora da Ata